

Reforma trabalhista e condenação de Lula foram destaques

15/07/2017

O Brasil passou por uma semana agitada em cinco dias: mudou suas regras trabalhistas; teve pela primeira vez um ex-presidente condenado em ação penal; descartou, por ora, processo contra o atual chefe do Planalto; definiu a nova procuradora-geral da República; e ainda perdeu a jurista Ada Pellegrini Grinover, morta nesta quinta-feira (13/7).

A reforma na CLT passou no Senado e, dois dias depois, já foi **sancionada pelo presidente Michel Temer (PMDB)**. A Lei 13.647/2017 **muda mais de 100 pontos da norma atual**, principalmente para sobrepor o acordado sobre o legislado, e torna mais rigorosos os pressupostos para propor ações trabalhistas. Também determina o fim de processos que tramitem na Justiça trabalhista por oito anos sem julgamento.

Temer negou que as novas regras retirem direitos dos trabalhadores. Mesmo antes da publicação, o governo federal já estuda editar medida provisória para mexer em algumas questões do texto. A alternativa foi arquitetada com parlamentares porque, caso a redação fosse alterada no Senado, teria de voltar à Câmara. A lei entra em vigor em 120 dias.

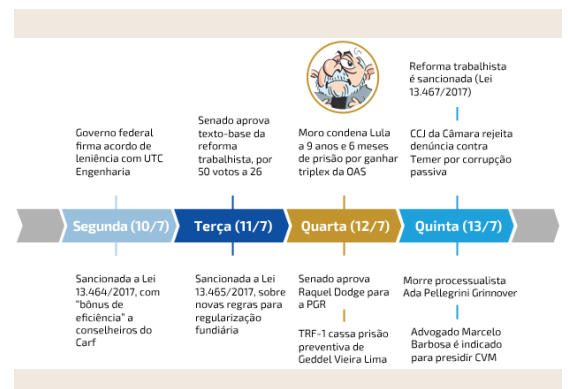
Primeira sentença

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva **foi condenado a 9 anos e 6 meses de prisão** por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo o juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da operação “lava jato” em Curitiba, Lula ganhou o apartamento depois de ajudar a empreiteira OAS a conseguir contratos da Petrobras. É a primeira condenação contra o ex-presidente, que ainda é réu em outras quatro ações, mas nega quaisquer crimes.

Movimentações legislativas

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara **votou contra abertura de ação penal** contra Michel Temer no Supremo Tribunal Federal. Por 40 votos a 25, o colegiado decidiu rejeitar o parecer do relator, deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ), que pedia a aceitação da denúncia. Cabe agora ao Plenário definir o destino do presidente.

Na mesma semana, foi **reconhecido por lei o “bônus de eficiência”** para auditores fiscais da Receita Federal. Temer vetou dispositivos que tentavam diferenciar o bônus destinado a auditores daquele que é pago a membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A **ConJur revelou ainda** que, no meio de uma proposta para novo programa de refinanciamento de dívidas fiscais, senadores e deputados querem acabar com o voto de qualidade dos presidentes de turmas julgadoras do Carf quando há empate.



ADVOCACIA

Cálculo de honorários

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça declarou que **não faz parte da base de cálculo dos honorários advocatícios o valor da astreinte** (ou multa cominatória, paga pelo atraso no cumprimento de determinações judiciais). Para o relator, ministro Villas Bôas Cueva, a multa não se confunde com a condenação, pois funciona como coerção judicial, sem formar coisa julgada material.

FRASES



O juiz tem que ser ativo porque o Judiciário é protagonista do

Estado de Direito. Ele é construtor do Estado de Direito e, se os outros Poderes se omitem como acontece muitas vezes com as políticas públicas porque a administração não faz o que deveria fazer, a posteriori o juiz tem que intervir."

— **Ada Pellegrini** (1933-2017), em [entrevista à ConJur](#) no ano passado

O Ministério Público tem que descer do salto, esquecer essa história do promotor natural, onde cada um faz o que quer. Eles não têm de dar satisfação a ninguém, não têm de pedir autorização para nada, fazem as bobagens que quiserem."

— **Ada Pellegrini** (1933-2017), na mesma entrevista

Spacca



ENTREVISTA DA SEMANA

O advogado e professor **Beto Vasconcelos** afirma que o [cenário atual brasileiro é resultado de quatro movimentos](#): mais transparência; fortalecimento das instituições; aprimoramento das leis; e inflexão jurisprudencial. Ele avalia que, mais do que o combate à corrupção, foram esses movimentos que desnudaram “práticas profundamente equivocadas” nas relações entre os setores privado e público.

Vasconcelos foi secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil e também secretário-geral da pasta no governo Dilma Rousseff.

RANKING



Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida na **ConJur**, com 106,5 mil acessos, foi sobre

[declaração do juiz Sergio Moro na sentença](#) que condenou Lula. Em um ponto da decisão, ele afirmou que “as centenas de processos complexos” o impediram de ler documentos, passando despercebida a interceptação telefônica de advogados que defendem o ex-presidente.

Moro diz que foi a Polícia Federal quem incluiu os números de telefone como se fossem da Lils Palestras, empresa de Lula. Segundo o juiz, não foram apontadas ou utilizadas quaisquer conversas interceptadas de advogados da banca Teixeira, Martins e Advogados.

Com 31,8 mil acessos, ficou em segundo lugar no ranking notícia sobre [decisão que condenou um delegado](#) por improbidade administrativa. O motivo: ao lavrar auto de prisão, ele entendeu que uma mulher flagrada com 40 gramas de maconha ao visitar o namorado na prisão não tentou traficar drogas, mas apenas oferecer ao companheiro. A sentença diz que a conduta transbordou o lógico e a jurisprudência.

As 10 mais lidas

[Moro diz que excesso de trabalho o impediu de ler documentos de processo de Lula](#)

[Delegado perde cargo por registrar ocorrência de forma contrária à lógica](#)

[Juízes acusam Moro de usar delação para amarrar instâncias superiores](#)

[INSS indenizará mãe de segurado que morreu após ter auxílio negado](#)

[Por Ronaldo ser “rico”, TJ-RJ triplica indenização que ele pagará a jornalista](#)

[Depois de “bronca”, Moro para de tentar amarrar instâncias superiores](#)

[Opinião - Nelio Machado: Críticas à defesa de Lula mostram parcialidade de Moro](#)

[Presidente da Suprema Corte dos EUA deseja má sorte a formandos](#)

[Coluna "Senso Incomum": Livre apreciação da prova é melhor do que dar veneno ao pintinho?](#)



Lula é condenado a nove anos e meio de prisão por ganhar triplex da OAS

Manchetes da Semana

Astreinte não integra base de cálculo de honorários advocatícios, diz STJ

Temer sanciona reforma trabalhista e afirma seguir Constituição

Lula é condenado a nove anos e meio de prisão por ganhar triplex da OAS

Plenário do Senado aprova texto-base da reforma trabalhista

Governo veta lei e restabelece bônus de auditores fiscais para conselheiros do Carf

TCU não pode bloquear patrimônio de empresa em recuperação

Juízes acusam Moro de usar acordos de delação para amarrar cortes superiores

Fisco só pode cobrar imposto sonegado durante período descrito na autuação

Entrevista – Beto Vasconcelos: “Brasil vive choque entre modernização institucional e falência do sistema político”

Em concurso de crimes, TJ-CE afasta soma de penas para preventiva

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2017-jul-15/resumo-semana-reforma-trabalhista-condenacao-lula-foram-destaques/>